



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Setor de Licitação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2022
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2022

TERMO DE APRECIÇÃO

I. Do Recurso

Trata-se de recurso interposto por BARRA RIO INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, ora Recorrente, em relação ao resultado do Processo Licitatório nº 056/2022, Pregão Eletrônico nº 027/2022, por meio do qual foi declarada a habilitação da LUZ FORTE CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (ME), sendo esta, por conseguinte, declarada vencedora do Lote 01 (lote único), conforme registrado em ata de sessão pública eletrônica lavrada no dia 16/11/2022.

A Recorrente expressa inconformismo quanto à Habilitação da LUZ FORTE CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (ME), ora Recorrida, ante os seguintes fundamentos:

*“a) Para cumprimento do Item 8.4.4 do Edital do Pregão Eletrônico nº 027/2022, que refere-se ao Contrato Social da Empresa **LUZ FORTE CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (LICITANTE 2)**, foi apresentado sem assinatura dos sócios e nem administrador informado no próprio documento;*

*b) A Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais apresentada pela a Empresa **LUZ FORTE CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (LICITANTE 2)**, para o enquadramento de MICRO EMPRESA – ME, informa o ‘STATUS: PARALISADA TEMPORARIAMENTE’, para cumprimento do Item 5.4 do Edital do Pregão Eletrônico nº 027/2022, mesmo se a licitante classificada apresentasse a Declaração do ANEXO IV do item 5.3.3, continuaria irregularidade pois não está em conformidade com o exigido no Edital;*

*c) O Capita Social constante no Contrato Social da Empresa **LUZ FORTE CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (LICITANTE 2)** e o Patrimônio Líquido constante no Balanço Patrimonial, são inferiores ao valor estimado da contratação para o Edital do Pregão Eletrônico nº 027/2022, não obedecendo percentual mínimo de 10% (dez por cento) para o aplicado no Art. 31 da Lei Federal nº 8.666/1993;*

*d) Para cumprimento do Item 8.5.2 do Edital do Pregão Eletrônico nº 027/2022, que refere-se ao Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis da Empresa **LUZ FORTE CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (LICITANTE 2)**, o Profissional Contador não é enquadrado como responsável legal para assinar pela empresa, conforme abaixo:*

(...)

*Além disso quem assina o balanço patrimonial é a Empresa ‘**CONTABILIDADE SÃO JUDAS TADEU LTDA – CNPJ 22.160.527/0001-16**’ que aparece no Cadastro Nacional de Pessoas*



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

Jurídica com o Nome Fantasia de ' CONTABILIDADE AUDAIR' identificado como o ex-proprietário da empresa LUZ FORTE CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (LICITANTE 2) na Última Alteração do Contrato Social apresentado para o Edital do Pregão Eletrônico nº 027/2022." (sic)

Diante disso, requereu o provimento do recurso, a fim de que seja reformada a decisão recorrida, especialmente para o fim de se declarar a Inabilitação da LUZ FORTE CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (ME).

Em conformidade com o disposto nos itens 10.20.15 e 13 do Edital, e de acordo com o registrado no chat da plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET, o prazo para contrarrazões – 03 (três) dias – iniciou-se em 22/11/2022 (terça-feira), vindo a findar-se em 24/11/2022 (quinta-feira).

Segundo dados registrados na plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET, a licitante LUZ FORTE CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (ME) apresentou contrarrazões em 24/11/2022, às 11:41:26h/11:41:58h, combatendo o mérito recursal e pleiteando a improcedência do recurso.

Em síntese, é o relatório.

II. Da admissibilidade

Conforme se depreende dos autos, a decisão sob reexame fora proferida durante sessão pública realizada às 09:30h (nove horas e trinta minutos) do dia 16/11/2022 (quarta-feira), através da plataforma eletrônica BBMNET, com a comunicação das licitantes acerca do resultado dos julgamentos das propostas e de habilitação.

Por consequência, o prazo recursal – 03 (três) dias, nos termos do art. 42, §1º, do Decreto Municipal nº 84/2021 e do item 13.1.1 do Edital – iniciou-se em 17/11/2022 (quinta-feira), vindo a findar-se em 21/11/2022 (segunda-feira).

Segundo dados registrados na plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET, o recurso em apreço foi protocolizado na data de 21/11/2022, às 21:30:38h, impondo-se o reconhecimento da sua tempestividade.

No mais, considerando o atendimento aos requisitos intrínsecos de cabimento, legitimidade e interesse no manejo do apelo, e aos requisitos extrínsecos de conformidade com as exigências formais do Edital e, segundo acima detalhado, de tempestividade, conhece-se do presente recurso.

III. Do mérito recursal

Analisando detidamente as razões recursais, observa-se que o cerne do recurso administrativo consiste na verificação do atendimento, ou não, das exigências de habilitação por parte da Recorrida/LUZ FORTE CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (ME), vencedora do Lote 01 (lote único).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

Os documentos para habilitação no Pregão Eletrônico nº 027/2022 foram os listados nos itens 8.4 (Habilitação Jurídica), 8.5 (Qualificação Econômico-Financeira), 8.6 (Regularidade Fiscal e Trabalhista) e 8.7 (Qualificação Técnica e Declarações) do instrumento convocatório.

Conforme consignado na ata da sessão pública realizada no dia 16/11/2022, a conferência e análise da documentação de habilitação das licitantes vencedoras do certame foi realizada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio nomeados pela Portaria nº 691/2021, sendo detectado que a documentação da licitante LUZ FORTE CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (ME) estava em conformidade com o Edital, razão pela qual foi declarada a respectiva Habilitação.

Pois bem. Respeitado o entendimento em contrário, reputa-se não assistir razão à tese deduzida pela licitante Recorrente.

Reexaminando a documentação de habilitação apresentada pela Recorrida, mediante protocolo na plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET, observa-se que foram apresentados todos os documentos exigidos no Edital para participação e habilitação no certame.

Senão vejamos:

a) Para atendimento ao disposto no item 8.4.4 do Edital (Habilitação Jurídica), foi apresentada “ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA- LUZ FORTE CONSTRUÇÕES ELETRICAS LTDA”, registrada sob o nº 8739630 em 23/08/2021 perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG, firmado por assinatura digital de Rosana Maria de Siqueira Cardoso (sócia ingressante), Marcelo de Pádua Queiroz (administrador) e Audair Plínio Cardoso (sócio retirante) (vide página 9/10).

b) A Recorrida apresentou documentação para comprovar o enquadramento como ME e/ou EPP (item 5.3 do Edital) e, por conseguinte, fazer jus aos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e da Lei Complementar 147/2014.

Dispõe o Edital:

“5.3. Os licitantes que cumprirem os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), e pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e da Lei Complementar 147/2014, para obterem tratamento diferenciado e simplificado na licitação, deverão comprovar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte mediante a apresentação de:

5.3.1 - Se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, declaração de enquadramento arquivada ou a certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, ou equivalente, da sede da pequena empresa;

5.3.2 - Se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão de Breve Relato do Cartório de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalente, da sede da pequena empresa.

5.3.3 - Em todo caso, poderá o licitante, apresentar **declaração, firmada por contador**, de que se enquadra como Microempresa ou de Empresa Porte ou Equiparada a Micro, conforme modelo do **ANEXO IV**. (destacamos)

No caso concreto, observa-se que a LUZ FORTE CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (ME) apresentou Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG, emitida em 03/10/2022, bem como Declaração (com utilização do modelo constante do Anexo IV do Edital), subscrita por Contadora (Sra. Mayra de Siqueira Cardoso, CRC/MG 111659/02), em conformidade com os itens 5.3.1 e 5.3.3 do Edital, evidenciando enquadramento da empresa como ME/EPP, de modo a fazer jus às benesses estabelecidas no Edital e na legislação.

Mister abordar que, no bojo da Certidão Simplificada apresentada pela Recorrida, consta no campo “Status” informação de “PARALISADA TEMPORARIAMENTE”. Acerca disso, a licitante LUZ FORTE CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (ME) assim se pronunciou no bojo das contrarrazões:

“O motivo de constar na certidão simplificada apresentada pela Recorrida no campo status o termo paralisada temporariamente, se dá pelo fato da Recorrida ter paralisado suas atividades por um período, retornando regularmente no ano de 2020, tanto que sua situação se encontra ativa, na JUCEMG, Receita Federal e Receita Estadual, ademais o fato de constar na Certidão Simplificada no campo status referido termo em nada interfere na comprovação de ser a Recorrida ME ou EPP, pois citada certidão ou a declaração do anexo IV tem apenas esta função e ambas foram apresentadas.”

A controvérsia levantada nas razões recursais é infrutífera. Não obstante o status supramencionado, a Certidão Simplificada apresentada pela Recorrida é inequívoca ao constar, no campo “Situação”, informação no sentido de que a empresa se encontra “**ATIVA**”. Tal situação, inclusive, é corroborada pelo documento “COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL” (emitido em 03/10/2022), acostado junto aos documentos de habilitação, que explicita a situação cadastral da LUZ FORTE CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (ME) como “**ATIVA**”.

c) As exigências de Qualificação Econômico-Financeira do presente certame foram aquelas elencadas nos itens 8.5.1 e 8.5.2 do Edital – todas cumpridas pela Recorrida, diga-se de passagem –, **inexistindo qualquer disposição editalícia no sentido da exigência de capital social ou valor de patrimônio líquido mínimos** (art. 31, §3º, da Lei nº 8.666/93).

d) Em análise da documentação de qualificação econômico-financeira da recorrente, verifica-se ter sido apresentado pela empresa LUZ FORTE CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (ME), para atendimento ao disposto no item 8.5.2, *caput*, do Edital, balanço patrimonial referente ao período de 01/01/2021 a 31/12/2021, protocolado no Sistema Público de Escrituração Digital – Sped (HASH: 68.24.CA.E5.C1.0A.52.82.42.FC.51.28.D5.BC.97.82.BC.46.E1.50).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

A autenticidade do referido documento foi confirmada através de consulta junto site Sped Contábil, com comprovação das assinaturas digitais da pessoa jurídica e de contador, conforme elucidativamente esclarecido nas contrarrazões. Destarte, considerando que o registro válido do documento junto ao Sistema Público de Escrituração Digital – Sped, por si só, tem o condão de esvaziar a controvérsia levantada pela Recorrente (de natureza eminentemente formal e sem qualquer pertinência com a essência dos dados de escrituração), forçoso reconhecer o regular atendimento à exigência editalícia.

A Lei nº 8.666/93 consagra em seu art. 41 o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, de acordo com o qual a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Cediço que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório é corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias, sendo a sua observância exaltada de forma iterativa nos julgados das cortes de contas pátrias, especialmente o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, donde se extrai o seguinte aresto:

DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GRUPOS CULTURAIS E ESPORTIVOS. IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. ARQUIVAMENTO. O administrador deve observar os princípios da legalidade, igualdade e vinculação ao instrumento convocatório, previstos no art. 3º da Lei n. 8.666/1993. (DENÚNCIA n. 1058478. Rel. CONS. SEBASTIÃO HELVECIO. Sessão do dia 11/06/2019. Disponibilizada no DOC do dia 11/07/2019) (destacamos)

Sem divergir de tal posicionamento, assim já se pronunciou o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais:

LICITAÇÃO - EDITAL - VINCULAÇÃO. O edital, como instrumento convocatório, não pode ser descumprido, pois às suas normas e condições, encontra-se estritamente vinculada a Administração e bem assim os interessados em participar da licitação. Pelos princípios que regulam a licitação, ainda que pareça excessiva e rigorosa a exigência do edital, desprezá-la em prol de um ou alguns dos concorrentes em detrimento dos demais que a cumpriram, atenta, ao mesmo tempo, contra dois de seus pilares básicos: o da igualdade entre os concorrentes, que determina seja dispensado tratamento isonômico aos concorrentes e o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, lei específica de regência. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.00.297850-0/000, Relator(a): Des.(a) Geraldo Augusto, 1ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 11/03/2003, publicação da súmula em 21/03/2003) (destacamos)

Encontrando-se a Administração vinculada às normas, condições e exigências do Edital, e por não padecer de qualquer vício o conjunto documental apresentado para fins de Habilitação, não há que se falar em ilegalidade ou ofensa aos princípios norteadores da licitação a decisão proferida nos autos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Setor de Licitação

Ante o exposto, à mingua de fundamento apto a ensejar a reforma da decisão, deve ser mantida a Habilitação da licitante Recorrida/ LUZ FORTE CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (ME).

IV. Conclusão

Diante de todo o exposto, o Pregoeiro resolve:

- a) **Conhecer** do recurso interposto pela empresa BARRA RIO INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA e, diante da insubsistência dos fundamentos do apelo, **manter** a decisão recorrida;
- b) Em obediência ao disposto no art. 15, inciso VII, do Decreto Municipal nº 84/2021, encaminhar os autos à autoridade superior para sua análise, consideração e decisão do Recurso Administrativo em pauta.

Conselheiro Lafaiete/MG, 25 de novembro de 2022.


ALISSON DIAS LAUREANO
Pregoeiro